



CADERNO	8. PREVENÇÃO
FICHA	8.4. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O presente documento constitui uma Ficha que é parte integrante de um Caderno temático, de âmbito mais alargado, não podendo, por isso, ser interpretado separadamente.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em conta a informação analisada nas outras Fichas que compõem este caderno, pretende-se agora, com base na metodologia SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* -, proceder à análise estratégica da prevenção no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI). A utilização deste tipo de metodologia permitiu identificar os objectivos gerais e as linhas de orientação para a definição de uma estratégia de prevenção dos incêndios florestais, tendo em consideração os principais factores internos, que constituem os pontos fortes e os pontos fracos existentes actualmente, bem como as principais variáveis externas que poderão potenciar (oportunidades) ou condicionar (ameaças) a implementação eficaz de uma estratégia nesta área.

2. ANÁLISE ESTRATÉGICA

Pontos fortes

- Existência de equipas de Sapadores Florestais.
- Existência de investigação das causas de incêndios.
- Existência a breve prazo de Planos de Ordenamento Florestal aprovados.
- Obrigatoriedade de elaboração de Planos de Gestão Florestal.
- Trabalho de definição de estratégia de gestão de combustíveis à escala regional em curso pela Equipa de Reflorestação.
- Elaboração prevista de Planos de Defesa da Floresta de âmbito municipal (ou intermunicipal).



PLANO NACIONAL

Defesa da Floresta Contra Incêndios

- Proposta de criação de Zonas de Intervenção Florestal.
- Existência de enquadramento legal para a realização de fogos controlados.

Pontos fracos

- Descoordenação, por falta de planeamento estratégico, tático e operacional, das acções de prevenção, quer ao nível do controlo das ignições, quer do controlo da propagação (gestão de combustíveis).
- Baixas eficácia e eficiência das equipas de Sapadores Florestais na gestão de combustíveis, devidas a uma ausência de planeamento, de coordenação técnica e de supervisão e controlo da actividade e das operações apoiadas.
- Ineficácia das campanhas de sensibilização da população desenvolvidas até agora.
- Inexistência de estudos técnicos adequados sobre as causas de incêndio em Portugal para fundamentação das acções de controlo de ignições.
- Fraca vigilância dos espaços florestais e detenção/sanção dos agentes causadores das ignições.
- Utilização residual da técnica do fogo controlado.
- Inexistência de divulgação, técnica e generalista, sobre gestão de combustíveis e protecção de habitações e infra-estruturas.
- Lacunas de conhecimento no que respeita à utilização do fogo controlado em Portugal em determinados ecossistemas florestais.
- Lacunas de informação base para planeamento da gestão de combustíveis, nomeadamente cartas de combustíveis e de ocupação do solo.
- Pulverização dos apoios públicos para a prevenção (baseados em projectos individuais de pequena dimensão), devido à inexistência de uma estratégia regional.

Oportunidades

- Existência de apoios públicos para a prevenção dos incêndios florestais (em particular o Fundo Florestal Permanente)
- Potencial de geração de empregos em zonas deprimidas e de revitalização do tecido económico local e regional resultante da promoção de uma política de redução de combustíveis.
- Experiência internacional, no âmbito da prevenção dos incêndios florestais, com resultados positivos, sobretudo ao nível da redução do número de ocorrências e da área ardida.
- Elevada disponibilidade da sociedade civil para perceber mensagens relativas aos incêndios florestais e à sua prevenção.

Ameaças

- Aumento “natural” do número de incêndios e alargamento do seu período de ocorrência ao longo do ano em resultado das alterações climáticas.
- Tendência de aumento das áreas ardidas e do número de ocorrências de incêndios
- Aumento do interface urbano/floresta, da pressão de urbanização, da edificação em espaços florestais e da fruição desse espaços por populações não informadas sobre o fogo e as fontes de ignição.
- Tendência de aumento do abandono da agricultura em áreas marginais e em redor das povoações do interior, originando o aumento dos espaços florestais não tratados com elevadas cargas combustíveis.
- Inexistência de mão-de-obra disponível para executar tarefas de gestão de combustíveis.
- Dificuldade de integração dos Planos de Defesa da Floresta.
- Ausência de cadastro fundiário florestal.

- Aumento dos conflitos de interesse relativos ao uso do solo e à ocupação ou restrições de uso, com reflexo na casualidade e ocorrência de incêndios.

3. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Objectivos para aproveitar as potencialidades (pontos fortes X oportunidades)

1. Responsabilizar, e dotar de meios técnicos e financeiros, uma entidade estatal pela coordenação, monitorização e avaliação de alto nível das acções, programas e medidas a desenvolver no âmbito da prevenção de incêndios.
2. Reforçar e melhorar a investigação de causas de incêndios por parte do Corpo Nacional da Guarda Florestal.
3. Melhorar ao nível da coordenação, da eficácia e da eficiência o Programa de Sapadores Florestais.
4. Promover a criação de Zonas de Intervenção Florestal garantindo a qualidade técnica das opções de prevenção que venham a ser estabelecidas pelas suas entidades gestoras.
5. Dinamizar a utilização do fogo controlado na gestão de combustíveis e na regeneração de pastagens.

Objectivos para lidar com os constrangimentos (pontos fortes x ameaças)

6. Criar normativos técnicos adequados para os Planos de Defesa da Floresta e efectuar um controlo técnico da sua execução garantindo a integração da informação proveniente dos diversos planos.
7. Integrar as orientações dos PROF no desenvolvimento de espaços florestais adequados ao risco de incêndio e à tendência de aumento das áreas ardidas e de ocorrências de incêndios.



8. Utilizar a experiência de trabalho da Equipa de Reflorestação na definição de estratégias de gestão de combustíveis à escala regional, para que, após avaliação, estas possam ser estendidas ao resto do território nacional.
9. Incentivar a criação de Planos de Gestão Florestal e a Certificação da Gestão Florestal Sustentável, garantindo que incorporam medidas de gestão de combustíveis.

Objectivos para lidar com as vulnerabilidades (pontos fracos x oportunidades)

10. Segmentar as campanhas de sensibilização por diversos público-alvo, definidos de acordo com os padrões de causa de ignição, e proceder à sua permanente avaliação e reajustamento.
11. Melhorar o desempenho das diversas entidades responsáveis pelas actividades de vigilância e policiamento (incluindo o voluntariado), quer no número de indivíduos detidos/sancionados, quer ao nível do seu papel dissuasor.
12. Criar manuais de referência para a gestão de combustíveis destinados a técnicos responsáveis pela prevenção de incêndios.
13. Divulgar as obrigações e as soluções técnicas existentes para a protecção de habitações e outras infra-estruturas contra os incêndios florestais.
14. Articular a atribuição dos apoios públicos para prevenção às estratégias regionais de prevenção que venham a ser definidas.

Objectivos para fazer face aos problemas (pontos fracos x ameaças)

15. Promover a I&D e a criação de redes de conhecimento sobre métodos e técnicas de prevenção de incêndios.
16. Promover a articulação de políticas de uso do solo com vista a dirimir os conflitos de interesse que se manifestam na ocorrência de incêndios.
17. Promover a realização e actualização do cadastro dos prédios rústicos e utilizá-lo como base para planeamento da prevenção.